

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 2ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.2 – Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.3 – Comissões

2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 – ERRATA



ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 16/3/2023

Presidência do Deputado Tadeu Martins Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, o Projeto de Resolução nº 7/2023; aprovação – Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 529/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 470/2019; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.971/2021; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.088/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.611/2022; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.742/2017; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.444/2021; encerramento da discussão; não apreciação da proposição – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.864/2021; encerramento da discussão; não apreciação da proposição – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.990/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.525/2022; encerramento da discussão; discurso do deputado Coronel Henrique; votação nominal do projeto; aprovação – Registro de Presença – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 440/2015, 4.065 e 4.704/2017, 5.285/2018, 1.148 e 1.156/2019 e 3.038/2021, do Projeto de Resolução nº 7/2023 e dos Projetos de Lei nºs 529/2015, 470/2019, 2.971 e 3.088/2021 e 3.611/2022; aprovação – Questões de Ordem – Declarações de voto; discurso do deputado Coronel Sandro; Declarações de Voto; Questão de Ordem; Declarações de Voto – Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – João Vítor Xavier – Adriano Alvarenga – Alê Portela – Ana Paula Siqueira – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean

Freire – Doutor Paulo – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leleco Pimentel – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– A deputada Marli Ribeiro, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7/2023, da Mesa da Assembleia, que concede licença ao vice-governador do Estado para se ausentar do País. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 37 deputados, que, somados à presença da deputada Lud Falcão e da presidência, totalizam 39 parlamentares. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alê Portela (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Bosco (CIDADANIA)

Caporezzo (PL)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)
Delegada Sheila (PL)
Doutor Jean Freire (PT)
Doutor Paulo (PATRIOTA)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Enes Cândido (PP)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Lohanna (PV)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PSC)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Noraldino Júnior (PSC)
Oscar Teixeira (PP)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Ulysses Gomes (PT)

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 2 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 529/2015, do deputado Gil Pereira, que institui a Campanha Permanente de Incentivo à Redução do Consumo de Água. A Comissão de Minas e Energia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alê Portela (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Delegada Sheila (PL)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)

Enes Cândido (PP)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Valadares (PMN)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Vítor Xavier (CIDADANIA)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PSC)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Nayara Rocha (PP)

Noraldino Júnior (PSC)

Oscar Teixeira (PP)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 529/2015 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alê Portela (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Delegada Sheila (PL)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Enes Cândido (PP)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Valadares (PMN)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PSC)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Oscar Teixeira (PP)
Raul Belém (CIDADANIA)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 470/2019, do deputado Bosco, que autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – a transferir ao Município de Araxá a titularidade do trecho da Rodovia AMG-0705 que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 470/2019 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alê Portela (PL)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Coronel Sandro (PL)
Doorgal Andrada (PATRIOTA)
Doutor Paulo (PATRIOTA)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Enes Cândido (PP)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PSC)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSC)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.971/2021, do deputado Cassio Soares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.971/2021 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alê Portela (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)
Dr. Maurício (NOVO)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Enes Cândido (PP)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PSC)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSC)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.088/2021, do deputado Coronel Sandro, que altera a Lei nº 1.842, de 13/12/1958, que autoriza o Estado a doar terreno à Diocese de Governador Valadares. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.088/2021 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Alê Portela (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Dr. Maurício (NOVO)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)

Enes Cândido (PP)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Vítor Xavier (CIDADANIA)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lud Falcão (PODE)

Marli Ribeiro (PSC)

Marquinho Lemos (PT)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Nayara Rocha (PP)

Noraldino Júnior (PSC)

Oscar Teixeira (PP)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.611/2022, do deputado Raul Belém, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 50 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.611/2022 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Alê Portela (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocél (PCdoB)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Doorgal Andrada (PATRIOTA)
Doutor Jean Freire (PT)
Doutor Paulo (PATRIOTA)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Enes Cândido (PP)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Vitor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lud Falcão (PODE)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSC)
Oscar Teixeira (PP)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.742/2017, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita do Jacutinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Alê Portela (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Delegada Sheila (PL)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)

Enes Cândido (PP)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSC)
Oscar Teixeira (PP)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 49 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.742/2017 com a Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Alê Portela (PL)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Coronel Sandro (PL)
Doorgal Andrada (PATRIOTA)
Doutor Jean Freire (PT)
Doutor Paulo (PATRIOTA)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Enes Cândido (PP)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Valadares (PMN)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSC)
Oscar Teixeira (PP)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.444/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a reaver ao Município de Cabo Verde o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto à votação.

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.864/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a reaver ao Município de Capetinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto à votação.

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.990/2021, da deputada Leninha, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a árvore amendoeira situada no Município de Jequitinhonha. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.990/2021 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Cultura.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Alê Portela (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Coronel Sandro (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Doorgal Andrada (PATRIOTA)
Doutor Jean Freire (PT)
Doutor Paulo (PATRIOTA)
Dr. Maurício (NOVO)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Enes Cândido (PP)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.525/2022, do deputado Coronel Henrique, que confere ao Município de Viçosa o título de Capital Estadual do Doce de Leite. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Coronel Henrique.

O deputado Coronel Henrique – Sr. Presidente, bom dia. Sras. e Srs. deputados, levo à apreciação deste plenário o Projeto de Lei nº 3.525/2022, de minha autoria, e quero fazer aqui um breve relato histórico. Há 101 anos, na cidade de Viçosa, iniciou-se a construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, um sonho do presidente Arthur Bernardes, que procurava, com aquela iniciativa, levar desenvolvimento para a Zona da Mata. Assim, hoje temos a Universidade Federal de Viçosa, da qual tenho orgulho de ser ex-aluno. E, dentro da Universidade Federal de Viçosa, no Laticínios Viçosa, hoje é produzido o melhor doce de leite do Brasil, que é reconhecido pela Lei nº 2.433. E essa lei reconhece como de relevância cultural o processo de fabricação do doce de leite Viçosa. Nada mais justo do que termos apresentado e inclusive aprovado pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Minas Gerais o reconhecimento de Viçosa como um polo difusor das boas práticas na nossa agropecuária mineira e brasileira. Esse título, que busca conferir à cidade de Viçosa o título de capital estadual do doce de leite tem uma simbologia todo própria para incentivar a produção agropecuária não só em Viçosa, mas em toda a Zona da Mata. A nossa produção leiteira em Minas Gerais é tradicional e histórica. Quando falamos do queijo, do doce de leite, estamos falando de mineiridade, estamos falando de Minas Gerais. Portanto esse título tem por objetivo incentivar a geração de emprego e renda, estimulando o turismo da gastronomia, concedendo a Viçosa o título não só de uma cidade de alta qualidade em educação superior, mas principalmente de uma cidade inovadora, criativa, que leva incentivo a outras cidades da região e de Minas Gerais para que identifiquem a sua expertise e possam gerar bem-estar à nossa população.

Portanto encaminho a votação “sim” ao Projeto nº 3.525, de minha autoridade. Muito obrigado.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 53 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Agropecuária.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Alê Portela (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Coronel Sandro (PL)
Delegada Sheila (PL)
Doorgal Andrada (PATRIOTA)
Doutor Jean Freire (PT)
Doutor Paulo (PATRIOTA)
Dr. Maurício (NOVO)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Enes Cândido (PP)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSC)

Oscar Teixeira (PP)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vítório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra e agradece a presença, nas galerias, de alunos do 2º ano do ensino médio da Escola Balão Vermelho. Sejam bem-vindos!

3ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 440/2015, 4.065 e 4.704/2017, 5.285/2018, 1.148 e 1.156/2019 e 3.038/2021 (À sanção.), do Projeto de Resolução nº 7/2023 (À promulgação.) e dos Projetos de Lei nºs 529/2015, 470/2019, 2.971 e 3.088/2021, e 3.611/2022 (À sanção.).

Questões de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Não poderia deixar de encerrar esta reunião sem nos lembrarmos do que está acontecendo em Belo Horizonte, Sr. Presidente. Falava com o deputado João Vítor Xavier que estamos com um problema muito sério na região do Aeroporto Carlos Prates.

Ontem os jornais, as rádios colocaram o fim da paralisação do aeroporto no próximo dia 1º de abril. Dia 1º é o Dia da Mentira, e nós não podemos deixar isso acontecer. Eu acho que o Aeroporto Carlos Prates, para quem não sabe, recebe 200 pousos e decolagens todos os dias. É um número bastante expressivo na aviação brasileira, na aviação belo-horizontina. Sr. Presidente, minha preocupação maior mesmo é que não vamos colocar a retirada do aeroporto dali. O que vai ser feito? O prefeito veio anunciando, e hoje está nos jornais, 2.500 residências. Para quem conhece Belo Horizonte, nós temos que lembrar que vamos ter ali uma região intransitável. Já é difícil passar no anel rodoviário, Sr. Presidente, para chegar até o aeroporto ou passar pelo aeroporto. Já é difícil chegar aos bairros, por exemplo, ao Bairro Castelo quando se passa pela Pedro II, e não existe outro lugar para por que passar. É difícil chegar ao Serrano quando se passa pela Rua Padre Eustáquio. A retirada desse aeroporto, Sr. Presidente, e a construção dessas residências vai acabar com aquela região da cidade definitivamente. Nós não podemos, e está na hora de a gente discutir... Falava ontem o deputado João Vítor Xavier que nós vamos trazer a esta Casa, vamos pedir, com urgência, uma reunião na comissão para entendermos o que a prefeitura pretende na hora em que receber aquele terreno. Olhe, acabar com o aeroporto, Sr. Presidente, é acabar

com o desenvolvimento. Como vão ficar os funcionários que ali estão, os trabalhadores que ali estão, aquelas pessoas que fizeram contrato de 1, 5, e 10 anos, que montaram as suas oficinas, que deram empregos, Sr. Presidente? Então, fica aqui esse pedido. Nós estamos colocando agora, mandando para a comissão e pedindo com urgência. Belo Horizonte não merece ter residências ali. Podemos fazer parques como em todo o mundo naquela região? Tudo bem, mas moradia ali, Minha Casa, Minha Vida, nós não podemos aceitar. Nós, que somos de Belo Horizonte, nós, que somos votados em Belo Horizonte, a população belo-horizontina não merece um trânsito maior no anel rodoviário, na Rua Padre Eustáquio e na Avenida Pedro II. Deixo bem claro nesta Casa e peço a todos os deputados que são votados em Belo Horizonte – e eu falo dos 77 deputados – que a gente, juntamente com o prefeito de Belo Horizonte, arrume uma saída melhor para aquela região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A deputada Bella Gonçalves – Obrigada, presidente. Sou de Belo Horizonte, tenho muito carinho por esta cidade e vi a cidade sofrer, durante anos, acidentes associados às aeronaves e ao Aeroporto Carlos Prates. A população do Bairro Carlos Prates e outros ali do arredor são perturbados pelo barulho incessante das aeronaves, são perturbados pelos acidentes que, ano após ano, fazem vítimas na nossa cidade. A desativação do Aeroporto Carlos Prates, que está anunciada para acontecer no dia 1º de abril, não pode ser mentira, Macaé, tem que ser verdade, porque a população não quer mais o Aeroporto Carlos Prates. Outros lugares são mais adequados para escolas de voo e para pequenas aeronaves, longe do centro urbano, e não onde moram tantas pessoas, idosos que são perturbados pelos ruídos e pelos acidentes. A destinação dessa área do Aeroporto Carlos Prates, portanto, tem que ser debatida fundamentalmente com os moradores ali do Carlos Prates e com a cidade, olhando para as necessidades da cidade. Existe a possibilidade de construção de parques, áreas culturais. O povo do Carlos Prates, que vem sofrendo as consequências e os impactos ambientais, sociais daquele aeroporto, tem propostas para a região. Agora, também é verdade que Belo Horizonte precisa de espaço para a construção de unidades habitacionais. E uma possível conjugação de usos ambiental, cultural, com moradia é possível para aquela região. Vejam, gente: Belo Horizonte tem cerca de 100 mil famílias sem casa. A retomada do programa Minha Casa, Minha Vida, com a instalação de unidades para famílias que ganham até um salário, um salário e meio, é urgente. E, numa terra que é pública, isso se torna mais viável, Leleco. Então, isso precisa, sim, ser debatido com a população. Queria, então, sugerir aos deputados que tiverem interesse – Leleco, Macaé – que a gente faça, sim, o debate. Que a gente, sim, esse debate –, mas envolvendo a população de Belo Horizonte, os movimentos de moradia, os movimentos culturais e, em especial, o povo do Carlos Prates. Vamos puxar uma audiência na Comissão de Participação Popular ou na de Assuntos Municipais para debater e escutar a população em relação a essas questões. E lembrar que o problema do transporte em Belo Horizonte não tem a ver com a instalação de novas residências. Tem a ver com a máfia do transporte, com a máfia do transporte que recebe hoje subsídios, mas não bota ônibus na rua e força a população mais pobre muitas vezes a andar de motocicleta, que é um veículo perigoso, ou a se locomover em Uber e aplicativos, que, sim, estão inchando o nosso trânsito e transformando a nossa cidade em uma cidade mais poluída e mais caótica. Então vamos que vamos fazer esse debate com a população de todos esses temas conjugados.

Declarações de Voto

O deputado João Vítor Xavier – Presidente Tadeu, muito bom dia. Bom dia, colegas. Queria seguir com o tema, como belo-horizontino que sou, trazido pelo deputado Alencar e pela deputada Bella, sendo que é um dos temas mais importantes a ser... Está baixo? Vou descer então, presidente. Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, caros colegas, caras colegas. Eu queria seguir com o tema que foi trazido de maneira muito pertinente pelo deputado Alencar, pela deputada Bella, que é a discussão do destino do Aeroporto Carlos Prates. Eu ontem tive a oportunidade de conversar com o governador Romeu Zema sobre o assunto. Entendo que é uma das pautas mais relevantes para a região metropolitana nos próximos meses e entendo que o governo do Estado tem de participar dessa discussão de maneira mais aprofundada. O Aeroporto Carlos Prates é um patrimônio de todos nós, mineiros, é um patrimônio da União, ou seja, é um patrimônio dos mineiros e dos belo-horizontinos, e o destino desse equipamento tem de ser muito bem pensado. Nós temos de pensar nos impactos que teremos para a aviação no Estado de Minas Gerais com o fechamento do aeroporto, porque ninguém me

convence de que fechar o Carlos Prates e levar para a Pampulha vai resolver o problema, porque o Aeroporto da Pampulha também fica numa área urbana, também fica numa área adensada, também fica numa região residencial. Então você vai trocar o problema de lugar. Falar que o problema vai ser resolvido tirando do Carlos Prates e levando para a Pampulha obviamente resolve o problema de quem mora ali no Carlos Prates. Mas resolve o problema da cidade, resolve o problema de Belo Horizonte? Trocar o problema de lugar resolve a questão ou será que o que a gente precisa ali é de um rigor maior no funcionamento e de uma discussão técnica? Nós tivemos 85 mil pilotos formados ali. Todos os pilotos da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, pessoas que salvam vidas, que fazem transplante de órgãos, todo mundo foi formado ali, e eu não vejo esse debate sendo feito. Eu tive a oportunidade de falar com o prefeito Fuad que obviamente Belo Horizonte precisa de moradias populares. E aqui, deputada Bella, eu queria trazer um debate do qual é importante esta Casa participar. Belo Horizonte precisa retomar aquele que foi o seu programa social mais bonito de todos os tempos. Eu não sou nem do PT nem de um partido ligado à bancada de esquerda, mas aprendi a fazer política pública reconhecendo o que é boa ideia, o que é bom fato, independentemente da sua origem. Belo Horizonte teve um projeto chamado Vila Viva, que começou no governo de Patrus Ananias, que foi muito bem sucedido no governo de Fernando Pimentel, o qual foi abandonado. Esse é o projeto social mais importante da história desta cidade. Se a gente quer pensar em moradia popular na cidade, a primeira coisa que a gente deve fazer é dar dignidade para quem vive hoje nas vilas e favelas, nas comunidades de Belo Horizonte, sem condições adequadas de moradia. Entendo que inclusive uma eventual destinação do Aeroporto Carlos Prates, caso ele de fato venha a ser desativado, teria de passar pela utilização dessa área, inclusive. Aí eu sei que talvez haja um pensamento divergente aqui, num aproveitamento dessa área com algum tipo de permuta, de venda, de negociação para que o recurso seja 100% aproveitado para a transformação do projeto Vila Viva em Belo Horizonte, que foi absolutamente abandonado. Tenho muita preocupação, sim, com a questão do adensamento maior na região Noroeste de Belo Horizonte. Sou oriundo politicamente daquela região, e eu vi, há oito anos, a Regional Noroeste tendo de ser desmembrada e uma parte grande da Regional Noroeste sendo transferida para a Regional Pampulha. Por quê? Porque era a região mais adensada de Belo Horizonte. Então tive oportunidade de dizer para o prefeito Fuad que não sei se a região, se o sistema viário comporta mais 2.500 moradias, isso numa região que teve de ser desmembrada. Então vamos discutir moradia popular em Belo Horizonte? Vamos, devemos e precisamos, mas vamos começar pelo projeto mais bem-sucedido da cidade, que foi referência para o Brasil e pelo mundo, que é o Vila Viva. Vamos retomar o Vila Viva. Convido aqui os colegas, os deputados estaduais, principalmente os que são de outros municípios e que não conhecem... Tenho certeza de que a deputada Bella conhece, de que a deputada Macaé conhece, de que o deputado Alencar conhece. Vamos visitar, deputada Ana Paula. A senhora conhece bem o Aglomerado da Serra. Vamos fazer um antes e depois lá da Cardoso, como era e como é hoje. Vamos passar no Morro das Pedras e vamos ver qual era a realidade do Morro das Pedras antes do Vila Viva e em que se transformou, qual a realidade do Morro das Pedras depois do Vila Viva. Então o primeiro passo para a gente discutir moradia popular em Belo Horizonte passa efetivamente pela retomada de um processo responsável, urbanístico, pelo Vila Viva. Preocupa-me muito a ideia de adensar ainda mais uma região estrangulada. Quem pega a Pará de Minas, quem pega a Padre Eustáquio, quem pega a Praça São Vicente sabe que aquela região não comporta mais 20, 30, 40 mil pessoas. Trago aqui essa preocupação. Vou usar aqui, para encerrar, presidente, um termo que usei ontem com o governador do Estado. Qualquer que seja a decisão ali, espero que ela não seja açodada, precipitada e com pensamento de curto prazo. Belo Horizonte já sofreu muito com pensamentos de curto prazo, com decisões açodadas e precipitadas. Podemos fazer parques, podemos rediscutir a função do aeroporto, podemos discutir equipamentos públicos, como UPAs, Umeis, centros de saúde, centros sociais, batalhões de Polícia Militar, delegacias. Podemos pensar Corpo de Bombeiros, podemos pensar em tudo, mas, pelo amor de Deus, vamos discutir aquela região de maneira integrada, discutir aquela região de maneira planejada. E vamos discutir a questão da aviação civil em Belo Horizonte, porque falar que nós vamos resolver o problema simplesmente tirando do Carlos Prates e levando para a Pampulha é uma balela. Não vamos resolver, nós só vamos mudar o problema de lugar. Vamos discutir de maneira madura e profunda o problema em Belo Horizonte com todas as suas vertentes. Obrigado, presidente.

A deputada Ana Paula Siqueira – Bom dia, colegas deputadas, colegas deputados, toda a população que nos acompanha. Eu quero aqui, na minha declaração de voto, parabenizar os colegas pelos projetos apresentados; a Casa, pela priorização da extraordinária para os projetos; mas também quero aqui, gente, trazer algo que me incomoda profundamente, que é preocupação também de todos os belorizontinos, todas as belorizontinas e do povo de Minas Gerais. Hoje, pela manhã, li uma notícia de jornal que diz que a Justiça Federal volta a autorizar a mineração na Serra do Curral. Novamente essa discussão sendo autorizada pela Justiça Federal. O desembargador que fez a autorização da retomada da mineração na Serra do Curral disse que não há razão para suspensão. Muito pior, Alencar: ele disse que a paralisação prejudica a empresa. E aí, Bella, nós temos que fazer a contra-pergunta aqui: uma paralisação prejudica a empresa? E como é que fica a questão da proteção das nossas águas, da proteção da biodiversidade que a Serra do Curral tem, com a proteção dos mananciais? Isso a gente tem que discutir aqui porque estamos discutindo todas as questões socioambientais, mas estamos falando também do nosso patrimônio e da nossa identidade. Eu queria trazer esse assunto aqui novamente à Assembleia. Não é a primeira, não é a segunda, não é a terceira vez que a gente traz esse assunto aqui. Isso é importante, e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais não pode se omitir desse debate. Eu queria destacar que, embora a Justiça Federal diga que não há argumentos, o Ministério Público Federal diz que há provas de usurpação do bem público e também faz indiciamento à Polícia Federal. O governador do Estado de Minas Gerais, em declaração recente na Rede Globo, disse que, se houvesse algum indício de irregularidade, ele seria o primeiro a se manifestar para a paralisação das mineradoras lá e para a proteção da Serra do Curral. No entanto, ele permanece calado, conivente com algo que vem prejudicar a nossa população e a proteção de um espaço tão importante para a gente. Queria dizer a todos os meus pares aqui: esse é um assunto que impacta e é de responsabilidade nossa, deputados e deputadas. E é por isso que nós vamos novamente trazê-lo aqui para que os nossos pares possam conjuntamente conosco discutirmos esse assunto através de uma CPI. Porque não dá mais, Bella, para a gente esperar esse assunto. Não dá mais para a gente ver a conivência da Justiça Federal, a conivência do governo do Estado de Minas Gerais contra o nosso patrimônio e contra algo que vai impactar decisivamente a vida da nossa população. Então é de responsabilidade nossa também a discussão da proteção da Serra do Curral. Eu queria informar e já aqui convidar todos os nossos parlamentares para entrar conosco nessa discussão. Gente, há muita coisa errada, há muita coisa errada nessa questão da Serra do Curral, e nós não podemos ser coniventes com isso porque teremos aqui mais Mariana e mais Brumadinho. Gostaria de fazer coro com os meus colegas daqui, de Belo Horizonte, sobre a questão do Aeroporto Carlos Prates, daquele território, daquela área. Esse é um debate que nós também precisamos fazer aqui com a participação popular, envolvendo a prefeitura, o governo do Estado, ouvindo as propostas que estão postas de habitação, mas também de uso cultural, porque é um espaço, um território nosso, dos belorizontinos, e nós precisamos cuidar e fazer dali o melhor uso possível para toda a nossa população. E o governo Lula também, com todas as iniciativas, inclusive, com as propostas que têm a ver aí com a Minha Casa, Minha Vida, mas também com as propostas de uso dos nossos territórios. Então é isso, gente. A Serra do Curral é nossa, e a Assembleia não pode se omitir da participação ativa nesse processo. Muito obrigada.

O deputado Coronel Sandro – Sr. Presidente e Srs. Deputados, mais uma vez eu venho aqui a esta tribuna, primeiro, para dizer que, quando nós temos projetos que são realmente interessantes e positivos, sempre terão o meu voto, como sempre tiveram. Por isso, hoje, com muito prazer, eu votei em todos os projetos que foram apresentados. Mas a razão principal que me traz a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, é um fato gravíssimo praticado por uma parlamentar aqui, desta Casa, e, em decorrência desse fato, 14 deputados foram atingidos e 8 deles representaram contra essa deputada no conselho de ética. Quando votávamos o Projeto de Lei nº 5.309, salvo engano, que trata da violência política contra a mulher – por sinal, muito bem intencionado –, esses 14 deputados, comigo à frente nesse caso específico, assinaram uma emenda para retirar do projeto o art. 3º, porque, na nossa avaliação, esse artigo deturpa toda a grande ideia de proteção que o projeto engloba. Pois bem, apresentar emendas a projetos em tramitação nesta Casa é uma prerrogativa de todo deputado, que pode fazê-lo de acordo com o que prevê o Regimento nas comissões ou em Plenário, e assim o fizemos. Pois bem, após o acontecido com o projeto, a deputada Andréia de Jesus dirigiu-se ao jornal O Tempo ou foi chamada pelo repórter do jornal O Tempo e deu uma entrevista do seguinte teor: "Após reunião..." – palavras escritas do jornal O Tempo – "...

Andréia de Jesus rebateu o Coronel Sandro e classificou a apresentação da emenda como ato de uma minoria extremista de deputados da ALMG". Abrem aspas, palavras agora atribuídas pelo jornal O Tempo à deputada Andréia de Jesus: "Isso é uma reação extremista, de supremacia branca. O grupo branco, supremacista branco que assinou essa emenda tem como objetivo justamente fazer o que a gente está tentando evitar". Pois bem, o que vem a ser supremacia branca? Eu creio que todos sabem, mas é importante que a gente esclareça. Creio que todos sabem, mas é importante que esclareçamos. A supremacia branca é a expressão extrema do racismo praticada por grupos ideológicos, como Ku Klux Klan, nazistas e outros neonazistas pelo mundo afora, grupos que sentem superiores em relação a outros por causa da raça. A supremacia branca é uma forma de racismo assentada na crença – e na promoção dela, é claro – de que as pessoas de raça branca são superiores às pessoas de outras origens raciais e que, portanto, os brancos devem governar política, econômica e socialmente. Bom, podem pesquisar onde quiserem que sobre supremacia branca acharão conceitos e exemplos muito ruins pelo mundo afora. Já encerrando, Sr. Presidente. Pois bem, lembrando que o racismo no Brasil é crime inafiançável, insuscetível de graça ou fiança. E, dentre esses deputados que assinaram a emenda, quatro mulheres assinaram porque entendem que o art. 3º daquele projeto deturpava o projeto e também foram acusadas pela deputada Andréia de Jesus de supremacistas brancas, de racistas. Então, o queremos com isso, Sr. Presidente, ao protocolarmos essa representação no conselho de ética, é que ele funcione, que faça essa deputada pagar pelo crime que cometeu contra esses 14 deputados, porque o que não se admite... Se não acontecer nada, vai dar o entendimento de que aqui, nesta Casa, permite-se que alguém seja chamado de racista, de supremacista branco, acusado injusta e indevidamente, e não acontece nada. Por que os deputados, já encerrando, Sr. Presidente, foram acusados? Porque exerceram o seu direito de exercer o mandato. Exercermos o mandato ao apresentar uma emenda, tudo o que o tal projeto do qual pedimos a retirada do art. 3º quer combater em relação às mulheres. Olhe, estamos impedidos... Se formos contrapor uma ideia através de palavras, de emendas e essa ideia, esse projeto vier de uma deputada mulher, vamos ser acusados de estar praticando violência contra a mulher. Então, a representação foi para defender, além dos parlamentares, esta Casa como instituição, porque não sou supremacista branco, não sou racista, e o mínimo que espero desta deputada, o mínimo, sem contar o que ela vai responder no conselho de ética, é que se retrate com todos nós e principalmente com as quatro mulheres que assinaram esta emenda e que foram acusadas por ela de supremacista branco, de racista. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, todos os meus votos foram favoráveis. Acho que essa reunião de hoje foi bem conduzida, mas não poderia deixar aqui de lembrar e completar o que eu falava do Aeroporto Carlos Prates. Desde quando comecei, em 1988, lembramos disso. Temos 10 acidentes por ano ali, naquele aeroporto. Definitivamente, nós, votados em Belo Horizonte, não podemos decidir construir moradias ali, Sr. Presidente. Quando falamos em Carlos Prates, colocar 2.500 moradias ali, vamos prejudicar quem está lá para baixo, no Serrano, no Alvorada, no Ipiranga, naqueles bairros todos de baixo. Não temos sistema viário em Belo Horizonte. Infelizmente, quando saí da Câmara Municipal, depois desses vinte e tantos anos, esqueceram-se de Belo Horizonte. Naquele tempo, tive a oportunidade de, por exemplo, municipalizar o transporte. Quando fizemos a lei orgânica e municipalizamos o transporte, achava que o prefeito de Belo Horizonte, os prefeitos que ali estariam trabalhando iriam se preocupar mais com o sistema viário. Não temos sistema viários para aceitar essas moradias ali, Sr. Presidente. Ali pode ser um parque. Quantas e quantas capitais têm um grande parque na sua região central? Não temos sistema viário. Não há ninguém aqui que possa fazer e dizer que vamos melhorar o sistema viário para a Rua Padre Eustáquio, melhorar o sistema viário. Não há dinheiro para desapropriar, é preciso abrir avenidas ali. Não há recursos para melhorar a Rua Padre Eustáquio, Rua Pará de Minas. Aí vou explicar, porque quem não conhece a região pode não entender. Ali há um gargalo que chega a um Serrano, a um Bairro Alvorada, a um Castelo. A Pedro II já não aguenta mais. Quando a Bella fala de máfia do transporte, ela está acabando agora, Bella, porque a câmara votou anteontem um projeto. Temos de parabenizar o nosso presidente da câmara municipal, Gabriel. Ele propôs um projeto em que o transporte público de Belo Horizonte vai ser pago pelo quilômetro rodado. Só que não adianta entupir Belo Horizonte de ônibus. Eu lembro a todos que o pessoal saía de Venda Nova, chegava até a Lagoinha, gastava 15 minutos, antes do VLT. Gastava 15 minutos de Venda Nova até a Lagoinha. De lá para rodar o centro da cidade e voltar demorava 1 hora, 1h30min. Belo Horizonte precisa de sistema viário. Temos de

dar velocidade comercial a essa frota que está aí. Temos de ter um sistema coletivo bom para que a pessoa deixe o carro em casa. Se você chegar à Avenida Amazonas às 18h, você pode subir em cima de um teto e pode ir andando a pé até o Barreiro, porque é um ônibus colado no outro. Isso agora a Câmara Municipal de Belo Horizonte está olhando com a remuneração por quilômetro rodado. Mas não adianta exigir se não há um sistema viário. A preocupação é uma só. O Aeroporto Carlos Prates está num gargalo e pega todos os aeroportos da região. Já imaginou... "Ah, vamos fazer empresas ali, vamos colocar vários funcionários." Vamos colocar funcionários como? Como vão chegar lá pelo anel rodoviário? Não chegam. Não há saída de mercadoria. O João Vítor falou bem. Tirar o problema de um lugar e passar para outro não resolve. Agora, moradia, quem tem consciência em Belo Horizonte, quem se preocupa com aquela região não pode deixar colocar nunca. Nós não podemos aceitar moradia ali. Ali tem que ser um parque adequado, um parque bacana que vá atender a população. É isso. Agora, tem que saber se eu tenho a boa vontade do prefeito. Aeroporto é evolução. Quantas são? Agora vou deixar bem claro também: quem vai indenizar e quando vão ser indenizadas as empresas que estão instaladas ali, as pessoas que fizeram contratos e os funcionários, porque só falar "fechou, vão embora, todo mundo para a rua" fica difícil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A deputada Beatriz Cerqueira – Bom dia, presidente. Eu quero registrar a forma inadequada de fazer um debate de proposições sobre algo em que nós divergimos, levando uma colega parlamentar ao conselho de ética. Sandro, você já me mandou calar a boca na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Nem por isso o conselho de ética puniu você. Você já mandou a deputada Andréia de Jesus, em Plenário, estudar. Nem por isso você foi cerceado na sua atuação parlamentar. Antes de você estar como deputado, você declarou à sociedade mineira que a sua missão era nos exterminar. Depois, você esclareceu que o extermínio era nas ideias. Como você extermina uma ideia? Então, acho que causar, fazer um fato político de uma atuação parlamentar da presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia... É muito inadequado usar o conselho de ética para esse propósito. No dia 8, que foi o dia do debate e da não votação do projeto de lei sobre o enfrentamento à violência política de gênero, nós fizemos o debate, eu trouxe o debate no período da tarde, de como foi uma mensagem ruim à sociedade o fato de nós não termos conseguido avançar na votação desse projeto de lei. Como que esse processo de obstrução, sim... Quando a gente apresenta uma emenda a um projeto em Plenário, o que é legítimo de todos os parlamentares, mas é um processo obstrução. A emenda assinada pelos parlamentares foi protocolada com o objetivo de impedir que o projeto de lei fosse votado na manhã daquele dia 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres. É evidente que eu vou utilizar esse mecanismo de obstrução por muitas vezes quando as proposições de retirada de direitos, de avanços de mineradoras, de ataque à educação e aos serviços, quando projetos assim estiverem em discussão. Então, claramente o objetivo da emenda foi impedir que o projeto de lei fosse votado, o que deu uma repercussão ruim para vocês. A verdade é essa. A verdade é que a sociedade não quer que as mulheres sejam assassinadas por serem mulheres na política. A sociedade não quer que as mulheres sejam ameaçadas de morte por estarem na política e exercerem seu papel de representação. E a verdade é que nós poderíamos ter conciliado, convergido proposições que fossem em comum acordo na comissão que votou o projeto de lei antes que ele chegasse ao Plenário, mas vocês optaram por não fazer isso para causar, fazendo obstrução aqui, no Plenário. É verdade que o projeto de lei veio ao Plenário porque o seu bloco parlamentar concordou. Aquela pauta do dia 8 de março foi uma pauta de consenso no Plenário. Então, é muito inadequado levar uma deputada, que está exercendo um papel importantíssimo, como a deputada Andréia de Jesus está exercendo, ao conselho de ética da Casa por ter divergido da obstrução ao avanço de um projeto de lei que enfrentaria a violência política de gênero. Quem não é ameaçado ou quem não vive violências talvez não compreenda a importância de um projeto de lei que enfrente a violência política de gênero. É preciso que nós tenhamos em Minas Gerais, com tantas mulheres ameaçadas de morte, com tantas mulheres que são atacadas por estarem na política como mulheres. É fundamental que nós tenhamos uma legislação. Então, presidente, a declaração de voto não é o melhor lugar para fazer isso, mas como quem me antecedeu o fez, a gente não pode deixar para depois determinadas questões. Então, eu quero é registrar que não é o lugar do debate levar uma deputada, pela sua divergência em relação à obstrução feita a um projeto de lei importante, ao conselho de ética da Casa. Obrigada.

O deputado Coronel Sandro – Sr. Presidente, rebatendo a deputada que me antecedeu...

O presidente – Deputado, só um minuto. V. Exa. pediu o quê?

O deputado Coronel Sandro – O 164, porque ela me citou aqui ofensivamente, diga-se de passagem.

O presidente – Está concedido. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado Coronel Sandro.

O deputado Coronel Sandro – Primeiro eu devo dizer à deputada que, em se tratando de inadequação da forma de falar, deputada, quando a senhora se dirigir a um deputado, use o termo correto: "Vossa Excelência e não você". A senhora já começou mal a sua fala sobre essa questão. Outra coisa, Sr. Presidente: ela não falou nada da motivação que levou a gente a ir ao conselho de ética. A motivação, deputada, é: fomos acusados de ser supremacistas brancos. É isso. É simples. Vou ler novamente o trecho da matéria para que não fiquem dúvidas. Matéria do jornal O Tempo, abro aspas, palavras atribuídas à deputada Andréia de Jesus: "Isso é uma reação extremista de supremacia branca e de grupo branco. Supremacista branco que assinou essa emenda tem como objetivo justamente fazer o que a gente está tentando evitar". Então, eu não impedi nem uma deputada e nem um deputado de exercer o seu mandato. Eu usei o Regimento, o que me é permitido, para apresentar uma emenda no Plenário. Sobre a questão que V. Exa. falou aqui da Comissão de Educação, a sua claque lá não deixava deputados de oposição falarem, nem a senhora deixava. Tanto é que a senhora se lembra de que nós precisamos nos reunir com o presidente para estabelecer os parâmetros da participação da minoria naquela comissão. Então, essa acusação também não pega em mim, não. Outra coisa: então a senhora acha que eu estou impedindo a deputada Andréia de Jesus de exercer o mandato dela porque eu fui ao conselho de ética? Não é a forma adequada, não é? E quando ela me levou ao conselho de ética porque eu divergi dela aqui na tribuna porque ela chamou a segurança pública e a polícia do Estado de Minas Gerais de genocida? Eu disse a ela: "Não é genocida, e a senhora vá estudar mais sobre a Polícia Militar para conhecê-la". Eu não a mandei estudar de forma pejorativa, não. Mande estudar sobre a Polícia Militar. Então, deputada, essas narrativas aqui da esquerda, que vez ou outra insuflam um debate em que querem fazer a divisão, homem contra mulher, patrão contra empregado, pai contra filho, professor contra aluno... O Brasil não aceita mais esse tipo de divisão, não. Eu pergunto por que uma ameaça é violência política contra uma mulher e uma ameaça a um deputado aqui, do sexo masculino, não é violência política contra o parlamentar? Então o que nós não podemos criar aqui é uma ilha de privilégios, sob o argumento de que precisamos proteger classes A ou B. Nós temos de proteger é o ser humano. Então, para ser protegido aqui todos os parlamentares têm de ter o mesmo tipo de proteção. Por que nós vamos nos beneficiar? Diga-se de passagem, o projeto, muito bem-intencionado – e eu já disse isso –, mas é uma lástima em seu artigo terceiro. Por isso, junto com mais 13 deputados, 4 deles mulheres que se sentiram extremamente ofendidas pelas palavras da deputada Andréia de Jesus aqui no tempo... E eu acho sim, ela tem de pedir desculpas. Para mim, talvez não precise, ela não vai fazer isso, mas, para as mulheres, ela tem de pedir desculpa, sim. Ela errou, e quando a gente erra, deputada, quando a gente erra, a sabedoria está em reconhecer esse erro, não é ir debater e tentar levar argumentos estranhos ao tema para justificar o erro daquele que errou, não. Errou, vai lá: "Oh, gente, errei". O que tem de errado nisso? Quem que não erra na vida? O que não admito... E vou dizer, mais uma vez: a senhora foi ali ao púlpito e não falou a essência do tema. Nós fomos ao conselho porque ela nos chamou, nos acusou de racistas ao dizer que somos supremacistas brancos, e não somos. Então, Sr. Presidente, muito obrigado. Espero que o conselho de ética e a deputada, se for o caso, ao reconhecer o seu erro, pelo menos se retrate e peça desculpas aos deputados.

Declarações de Voto

A deputada Bella Gonçalves – Rapidamente, aqui com a palavra, eu vim da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que é uma câmara em que o conselho de ética não funcionava muitas vezes. A gente via as sessões se transformando muitas vezes – não é, Macaé? – numas sessões de baixaria. Eu já levei, naquela câmara, "microfonada" na cara, entre outras tantas coisas. A vereadora Macaé também foi ofendida diversas vezes. Eles nos prometiam que, se a gente chegasse à Assembleia Legislativa, o espaço aqui era diferente, porque havia uma proteção para que esse espaço democrático aqui fosse respeitado, não é, Macaé? Eu vejo essa iniciativa em você, presidente, vejo essa iniciativa, de fato, na deputada Leninha, nossa vice-presidente. Eu fiquei estarelecida com o que aconteceu no dia 14, anteontem, na Comissão de Direitos Humanos, em que faziam uma sessão solene de homenagem à memória, à

memória de Marielle Franco e Anderson Gomes, à Mariele que era amiga nossa, que era uma pessoa importantíssima na luta das mulheres, das mulheres negras, das mulheres LGBTQs, uma acadêmica, uma pessoa respeitadíssima. A gente ia fazer uma sessão bonita. Estava o lugar repleto de mulheres, com várias flores espalhadas pelo chão, com bandeiras. Era um dia de luto e de luta. Aí um deputado desta Casa entrou numa audiência para a qual, assim... O único objetivo dele era sentar-se numa mesa em que só havia mulheres para tumultuar, fazer os vídeos dele e jogar nas redes sociais. Não suficiente, na hora em que a gente estava discutindo as questões do Regimento Interno, ele utilizou palavras de baixo calão contra mim, ofendendo-me, deputada Leninha. Fiquei muito feliz de saber que este deputado foi chamado à atenção, que foi explicado que, aqui nesta Assembleia Legislativa, esse tipo de procedimento não pode prosperar, porque o que a gente faz aqui dentro, se a gente transformar nessa verdadeira guerra de violência política, vai sobrar para a imagem da Assembleia Legislativa e vai sobrar sobretudo para nós, mulheres. A violência política não está circunscrita às mulheres, toda pessoa pode sofrer violência política. É óbvio, mas a violência política – e existem estudos sobre isso – recai de maneira mais central sobre as mulheres, porque a gente vive numa sociedade estruturalmente machista. Ela recai mais sobre as mulheres negras porque a gente vive numa sociedade estruturalmente machista e racista. E, quando eu estou falando de estrutura, eu estou dizendo que não existe no Brasil a possibilidade do racismo reverso, porque a estrutura do Brasil é de um racismo estrutural contra pessoas negras e indígenas. Era isso que eu queria falar. Eu peço realmente ao presidente, à vice-presidente e a todos os deputados, que a gente consiga transformar esta Assembleia Legislativa num espaço de civilidade, onde a palavra, os acordos tenham valor. Um projeto que chega para ser votado aqui, que está acordado, não seja desconfigurado no dia da votação. E que as audiências públicas solenes, para homenagear uma pessoa que foi executada e que faz falta a tantas de nós, não seja ofendida por alguém que quer fazer videozinho e jogar nas redes sociais. Obrigada.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Sr. Presidente, venho à tribuna corroborar as falas do ilustre colega deputado Coronel Sandro em relação à representação feita da deputada Andréia de Jesus. Eu ouvi aqui duas deputadas que nos antecederam, aqui da tribuna, presidente, numa tentativa de, numa cortina de fumaça, desfocar... Aí a gente tem de tirar o chapéu, eles fazem isso muito bem, têm uma narrativa muito boa, tentando desfocar o absurdo do que foi dito pela deputada na imprensa. E não foi aqui da tribuna, foi na imprensa. Falar que deputados são racistas, supremacia branca, acusando a gente de racismo, isso é muito grave, Sr. Presidente! Isso é muito grave, presidente Tadeu! É muito grave. A deputada precisa, sim, ser submetida ao conselho de ética e decoreto parlamentar. E eu quero aqui dizer, deputado Caporezzo, deputado Coronel Sandro e colegas que estão acompanhando, como é engraçado quando a gente apresenta uma emenda coletiva obedecendo ao Regimento Interno, porque qualquer deputado pode apresentar. Só que não era só uma emenda de um deputado, ela representava a vontade de 14. "Não cumpriu o Acordo dos Líderes". É bom que deixe isso claro, inclusive para a deputada que me antecedeu: Acordo de Líderes não pode amputar a prerrogativa de qualquer parlamentar. O acordo é um acordo, é uma intenção, não é uma imposição. Qualquer deputado pode continuar apresentando, até porque ele pode discordar do líder. A discordância aqui é essência do nosso trabalho. Discordar, discordar, debater, debater e, às vezes, convergir. E no pouco que convergir, votar o pouco converge. Durante o encaminhamento da Comissão de Administração Pública, deputado Coronel Sandro, ouvi uma colega deputada dizer que a Comissão de Administração Pública estava praticando a censura pelo mesmo exercício do processo legislativo. Ora, apresentar emenda, discutir, encaminhar é do processo legislativo. Agora, o que a gente viu e ouviu na imprensa, no jornal O Tempo, na matéria anexada aqui a essa representação no conselho de ética é muito grave, e o presidente da Assembleia e o conselho de ética não têm como deixar de apurar e fingir que não aconteceu o que aconteceu. Engraçado, deputado Caporezzo, olha aqui, deputada Ione: quatro deputadas assinaram a emenda, e se V. Exa. tivesse tido tempo necessário de avaliar o projeto também iria apresentar a emenda. Já disse ao presidente: "dispõe sobre a violência doméstica" – a ementa. A ementa está bonitinha, só que o conteúdo trazia questões de gênero, de questões LGBTQ, com as quais nós não concordamos. E se não concordamos, nós temos o direito. Inclusive, deram uma pernada na Comissão de Segurança Pública. E eu já pedi ao presidente desta Casa: "Olha, se o projeto vai para a Comissão de Mulheres, bacana", mas se há violência, deputada Ione... Quando chegar o Assembleia Fiscaliza eu vou lá pedir sabe o quê? "Olha, criem mais patrulhas de prevenção à

violência doméstica", através da Polícia militar; "Olha, tem que apurar o crime de feminicídio, de violência contra a mulher", é a Polícia Civil. Aí, para isso, a Comissão de Segurança Pública serve. Nós queremos deixar claro o seguinte: a mesma deputada Andréia de Jesus foi em suas redes sociais, deputado Caporezzo – eu printei – e postou isso aqui. Presidente, é muito grave o que ela postou. Porque o deputado federal Nikolas fez um pronunciamento brilhante, irretocável na Câmara dos Deputados, e ela postou nas suas redes sociais, no seu stories isso aqui: "Cassação é pouco. Exigimos a prisão do deputado Nikolas. Lugar de transfóbico e misógino é na cadeia!". Mas espere aí, presidente! Alguém que preside a Comissão de Direitos Humanos pode fazer esse julgamento? Não. O que nós aprendemos em direito constitucional é que, quem preside uma comissão de direitos humanos, tem que defender a dignidade da pessoa humana, tem que defender o devido processo legal, a ampla defesa do contraditório. Não. Ela já quer o deputado na cadeia. É essa deputada que veio aqui e nos chamou de racista, de maioria branca. Mas o que nós fizemos foi apenas apresentar uma emenda para que o projeto possa ser melhor discutido. E agora, sim, corrigido. Com o despacho do presidente, o projeto vai à Comissão de Segurança Pública, porque essa comissão precisa ser ouvida. Quem preside uma Comissão Direitos Humanos tem que obedecer ao devido processo legal, à ampla defesa do contraditório e não pode cometer o crime de falar que o outro é racista. São premissas básicas de quem defende os direitos humanos: ampla defesa do contraditório. Eu não posso ser tachado de racista, eu não posso ser tachado disso ou daquilo, de transfóbico, sem o devido processo legal. E concluo, presidente, pedindo a V. Exa. que a representação assinada também por este parlamentar seja apurada com severidade, com o rigor da lei da Constituição do Estado e do Regimento Interno. Eu não vou ficar mais calado, presidente; eu não vou ficar admitindo ouvir a Polícia Militar ser chamada de capitão do mato e depois receber pedido de proteção pela mesma deputada. Dizer que não existe esse negócio de Polícia Militar ser militarizada, mas continua pedindo a proteção da Polícia Militar. É a mesma parlamentar. No mandato a gente não pode tudo, não. E o limite do mandato e das nossas ações é a lei e é isso que eu espero: o rigor da lei, a apuração transparente. Muito obrigado, presidente.

Questão de Ordem

O deputado Caporezzo – Bom dia, presidente. Bom dia, colegas deputados. É de um atrevimento que beira o inacreditável o que a deputada que me antecedeu falou aqui: que eu teria participado da Comissão de Direitos Humanos para tumultuar a audiência da Marielle Franco. Isso, sim, é um ato de intolerância política porque, na condição de membro da Comissão de Direitos Humanos, eu tenho o direito de estar lá, direito que me foi concedido por mais de 52 mil mineiros para representá-los. E eu vim aqui para fazer o contraponto contra a esquerda, isso faz parte da minha essência. Lá a presidente da comissão me deu a palavra, mas eu não fui desrespeitoso com a memória da Marielle, eu apenas falei a verdade. Ela foi eleita pelos eleitores da zona sul. Na Maré, ela teve menos de 50 votos, já na zona sul teve milhares de votos. Então, assim, quem ela representa? Os riquinhos da esquerda-caviar que votaram nela por pensarem que ela representa os favelados e pobres. Isso é uma verdade. Qual é o ato de intolerância aqui? Então, quando eu estava fazendo uso da palavra, uma senhora, completamente desequilibrada, pegou o microfone da presidente... O nome dela está aqui: Maria Tereza dos Santos. Já vou registrar um boletim de ocorrência contra ela pelos crimes de racismo, injúria e calúnia. E sabem o que ela falou para mim, Coronel Sandro e Sargento Rodrigues? Falou o seguinte: "O senhor não pode falar porque o senhor é branco". Espere aí! Espere aí! Olhem o tamanho da grandiosidade que foi praticada nesta Casa! Imaginem se estivesse acontecendo o contrário, alguém pegando o microfone e falando para um deputado: "Você não pode fazer uso da palavra porque você é preto; você é preto, fascista e malnascido". Foi isso que fizeram comigo: falaram que eu sou branco, fascista e malnascido. Sabem o que é malnascido? São as crianças que são abortadas por pessoas que defendem o que a Marielle defendia, a transformação do útero em um cemitério. Essas pessoas são malnascidas. É inaceitável que a minha palavra tenha sido tirada e inaceitável que a presidente, que está ali na condição de presidente e que não deve utilizar a sua posição política de maneira parcial e, sim, assegurar os meus direitos regimentais, tenha simplesmente concordado com isso e não me devolvido a palavra. Depois a audiência seguiu normalmente. Por causa disso, eu elaborei aqui a minha questão de ordem, embasado nos arts. 165 e 167 do Regimento Interno. O Regimento Interno, no inciso IV do art. 46, assegura expressamente ao deputado o direito de usar da palavra, pedindo-a, previamente, ao presidente da Assembleia ou ao presidente de comissão. No mesmo sentido e de forma complementar, o Regimento Interno atribui ao

presidente de comissão, no art. 120, inciso VI, a competência para conceder a palavra ao deputado que assim a solicitar, seja ele membro ou não da comissão que estiver presidindo. Não há, nesse caso, discricionariedade no ato da presidente da reunião, uma vez solicitada a palavra, já que a palavra deve, no momento adequado, ser concedida. A minha palavra foi concedida e depois foi retirada. O direito ao uso da palavra, por parte do deputado, faz parte da essência da atividade de qualquer parlamento nas democracias modernas, dentro dos limites previstos nas normas de organização interna, e não pode ser obstado. A Comissão de Direitos Humanos realizou, no dia 14/3/2023, às 16 horas, a sua primeira reunião extraordinária, que teve, como finalidade, debater a violência política contra as mulheres e o andamento das investigações do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes – um ato que realmente foi lamentável, no dia 14/3/2023, data em que o crime completou cinco anos. No decorrer dessa reunião, a deputada que a presidia, a presidente da referida comissão, não concedeu o uso da palavra – só vou terminar a minha questão de ordem –, bem como não foi apresentada, pela presidente, na ocasião, nenhuma explicação ou fundamento que pudesse talvez justificar a sua atitude. Cometeu-se, assim, um ato arbitrário, ao arrepio das normas regimentais e em manifesta ofensa ao direito constitucional de livre manifestação política de todos os parlamentares, independente de sua filiação partidária ou ideológica. A situação descrita pode ser comprovada por meio das gravações existentes. Portanto, em decorrência da manifesta ofensa aos princípios basilares que orientam a atividade parlamentar, solicita-se ao presidente da Assembleia, como fiscal da ordem, nos termos do art. 83 do Regimento Interno, que adote as providências necessárias para que o Regimento Interno seja observado em todas as reuniões da Casa e ainda que se assegure que tais situações não se repitam. Adicionalmente, solicita-se que a transcrição das notas taquigráficas da reunião em que houve as ofensas narradas, nessa questão de ordem, não sejam incluídas no acervo de que trata o art. 8º, inciso III, da Deliberação da Mesa nº 2.596, de 15/9/2014. O que aconteceu foi extremamente grave, como foi extremamente grave também o fato de que parlamentares tenham sido chamados de supremacistas brancos. Essa história de que racismo invertido não existe está se provando uma mentira aqui dentro. A direita vive em Minas Gerais.

O presidente – Deputado Caporezzo, a presidência vai analisar a sua questão de ordem e oportunamente lhe responderá.

Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Doutor Jean Freire.

Declarações de Voto

O deputado Doutor Jean Freire – Bom dia, Sr. Presidente; vice-presidenta Leninha, colegas deputadas e deputados, público que nos acompanha. A deputada Bella pediu a palavra pela ordem ou para declaração de voto e fez uma fala, aqui, que remetia ao tempo em que ela era vereadora. Acho que a deputada Macaé também já havia comentado comigo como era a situação na câmara de vereadores. Nós iniciamos este mandato já com a deputada Andréia de Jesus sendo desrespeitada aqui, desta tribuna, logo no início, e, nem por isso, ela pediu a palavra pelo art. 164. No dia a dia, nós temos visto esse desrespeito aqui, nesta Casa. Eu quero, como disse a deputada Bella, parabenizar o deputado Tadeu Martins Leite e a deputada Leninha, que eu sei que estão fazendo todos os esforços, no Colégio de Líderes, para que realmente seja um ambiente diferente. O que aconteceu na audiência pública que estava relembrando a vida da Marielle, na audiência em memória da Marielle, naquele dia, foi um desrespeito brutal, um desrespeito que novamente é repetido aqui, desta tribuna. São tantos assuntos que temos de pautar, independentemente do fato de que a direita vive ou deixa de viver, porque, na verdade, eu acho que não há ninguém aqui de esquerda que queira acabar com a direita. É importante o bom diálogo; é importante fazermos a boa política. Esforços têm sido feitos para que funcione a Comissão de Ética, mas nós não podemos deixar, de maneira nenhuma, que o tempo do presidente e que o tempo da Mesa sejam acumulados, usados e desperdiçados com essas agressões nesta Casa. Quando alguém joga tantas e tantas pedras... E não há sequer um dia em que deixe de fazer esse ataque barato. O que aconteceu nessa audiência, deputado Ulysses Gomes, eu ouvi dizer em São Paulo, porque estava realizando agendas por lá, e V. Exa. também ouviu comentários a respeito em Brasília, assim como o mundo também viu aquele vergonhoso momento de desrespeito. Eu tenho muitas divergências nesta Casa e fico imaginando se eu adentrasse uma audiência pública, deputada Biondini... Com certeza, nós temos posições diferentes. Eu tenho posições diferentes das mulheres de outros partidos aqui desta Casa. Imagine se

vocês me chamarem para uma audiência pública, para uma temática, e eu entrar lá simplesmente com o intuito de ofender, de atrapalhar, de jogar pílulas, como diz o deputado Betão! Eu acho que está passando do momento de a discussão ser de alto nível. Está passando do momento! Não foi uma nem duas vezes que eu vi a deputada Andréia, que eu vi a deputada Bella, que eu vi a deputada Beatriz, inclusive, no outro mandato também, sofrerem esse tipo de agressão. Não foi uma nem duas vezes. Muitas vezes nós optamos pelo silêncio. Há momento em que talvez o silêncio seja a melhor resposta. Olha, eu já subi várias vezes nesta tribuna. Eu vou evitar falar o nome para evitar pedido de resposta, mas várias vezes já subi nesta tribuna e elogiei deputado que pensa totalmente diferente de mim, que trabalha, que está aqui presente, que respeita e sabe dialogar, discutir nas comissões e aqui, nesta tribuna. Então, quero repetir muitas falas e me apegar à fala da deputada Bella. Está passando da hora de todos nós termos um diálogo com mais altura e darmos o devido respeito que a Casa, que os ouvintes, que os telespectadores e que o povo mineiro merecem.

O deputado Ulysses Gomes – Presidente Tadeu, nossa vice-presidente Leninha, deputado Cristiano Silveira, deputadas e deputados. Presidente, eu quero lamentar a gente ter que publicamente... Não é gastar o tempo de cada um, mas nós estamos aqui a serviço e temos que ter todo o tempo do mundo para servir a nossa população. Mas eu não tenho dúvida de que esse tempo tem que ser priorizado para a gente discutir soluções para os inúmeros problemas que Minas Gerais tem: de desigualdade, de miséria, de uma infraestrutura jogada ao descaso como estamos vendo em cada canto do nosso estado. Então dos problemas nós temos muito a tratar. Agora a gente ter que, em toda sessão, seja ela ordinária ou extraordinária, e em cada comissão, ficar refém do oportunismo, ficar refém das redes sociais e das pílulas que querem agradar, única e exclusivamente, a sua bolha e o seu público. O povo mineiro não merece isso. Esta Casa não pode se submeter a isso. Nós, da oposição, temos buscado, com todo o respeito e diálogo, alternativas, ora nos bastidores, ora na amizade, ora no bom senso, mas todas elas submetidas ao silêncio nosso, na esperança de que a compreensão e, realmente, o bom senso prevaleçam. Mas, infelizmente, o que está prevalecendo aqui, nesta Casa, é o oportunismo barato de, a todo momento, quererem responder à sua bolha e, em hipótese nenhuma, discutir os problemas de Minas. Lamentavelmente, nesse caso, independentemente de quem tenha mais ou menos razão, querem formalizar denúncia no conselho de ética, algo que, até agora, ninguém da oposição fez. Eu queria compartilhar com V. Exa. que nós vamos fazer esse levantamento e pedir, obviamente, os anais da Casa; nós vamos levantar isso. Então, neste mandato, nós, da oposição, vamos submeter ao conselho de ética essas denúncias. Eu estou dizendo nesse tom, presidente, porque não é isso que a gente quer. Tenho certeza de que o povo de Minas, seja de direita, seja de esquerda, o cidadão comum, que escolheu deputadas e deputados aqui, quer respostas daquilo que a gente tem a oferecer de resultado para a vida do cidadão. Não se trata simplesmente de ficar debatendo e criando pílulas para a internet, a fim de agradar o seu público e aumentar os seguidores no Instagram, mas de se aprofundar o debate de Minas Gerais aqui. É lógico que, nesses debates, projetos e soluções, ora vai haver opinião contrária, ora a favor, e nós vamos ter que aceitar. Faz parte do jogo democrático. Mas não faz sentido, presidente, a gente ficar, entre aspas, entre aspas grandes, "perdendo tempo" com debates no nível desse que nós estamos tratando aqui – refêns de redes sociais e do interesse de um ou de outro. Então eu queria, realmente, compartilhar um pouco de angústia, mas pedir a V. Exa. o quanto antes a instauração desse conselho de ética para que a gente possa, nesta compreensão, ter um entendimento nesta Casa, porque não faz sentido a Assembleia Legislativa se submeter a esse nível de debate. Com todo o respeito, deputados que querem isso a todo momento, é baixo o que V. Exas. estão querendo fazer com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. E a oposição, nesse caso, não vai permanecer silenciosa. Nós vamos encaminhar. O que a deputada Bella e as deputadas passaram, na última comissão, em audiência pública, foi um desrespeito, sim, desnecessário, oportunista, e nem por isso nós fizemos esse estardalhaço que estamos vendo aqui. Então, eu queria pedir a compreensão de todos os deputados e deputadas porque, se há uma coisa em que eu acredito, é que existe um nível maior do que esses sobre os quais V. Exas. querem debater. E, se é possível, é nesse nível que nós, da oposição, queremos continuar ajudando a reconstruir o nosso Brasil e, obviamente, ajudar na reconstrução de Minas Gerais, pela qual o nosso povo espera e que passa por tanta dificuldade. Então eu fui aqui, presidente, genérico porque confio na condução de V. Exa., na forma como nós vamos dialogar uma alternativa de construção mais harmoniosa no Legislativo Mineiro. Muito obrigado, presidente.

O deputado Noraldino Júnior – Sr. Presidente e nobres colegas, eu queria também tocar nesse assunto porque, Sr. Presidente, é um assunto que muito me incomoda. Eu não quero colocar aqui, presidente, posição em relação à base ou à oposição, à direita ou à esquerda. Eu queria chamar os deputados para uma reflexão de respeito; de respeito, porque esta Casa é o sinônimo de respeito. O histórico desta Casa foi o respeito aos colegas. E, sem me posicionar, falando novamente em relação à direita e à esquerda, entendo que nós estamos aqui e temos que dar claros exemplos da necessidade de diálogo. Quantas e quantas vezes eu discordo de vários deputados e de várias deputadas aqui? Eu procuro, primeiro, dialogar. Eu digo que não posso, presidente... Essas extrapolações existem de todos os lados, e, nesse caso específico, eu acho que o que nós temos que fazer é dialogar, é reparar os danos, em vez de colocar mais fogo neste momento, presidente, porque qualquer um de nós – V. Exa., deputados da direita, deputados da esquerda, deputados do centro – se posiciona. Neste momento específico, fui convidado para assinar essa emenda e achei que ela era e eu entendi como uma emenda que necessitaria ser assinada. Concordo com a emenda e a assinei. Não fiquei satisfeito, presidente, com a consequência em relação à fala que me incluiu referente a essa emenda, mas também eu não quis assinar a representação quando fui convidado para assiná-la no conselho de ética, porque acho que primeiro a gente vai extrapolar todas as possibilidades de diálogo. Uma retratação! Porque muitos de nós muitas vezes extrapolamos, e não é vergonha nenhuma reconhecermos a extrapolação: "Opa, espere aí?". Eu vou concordar com vários colegas e discordar também, mas, deputada Leninha, sempre vou respeitá-los, como respeito a senhora, como admiro o trabalho da senhora, mesmo discordando de alguns pontos de vista. Então eu acho que existe agora, deputada Leninha, deputada Beatriz, deputada Macaé, deputado Caporezzo, deputado Coronel Sandro, deputado Sargento Rodrigues, a necessidade de nós dialogarmos, mesmo discordando em muitos pontos. Então, presidente, acho que isso seria melhor do que darmos continuidade a todas essas... Enfim, em vez de colocar mais fogo, neste momento tão sensível, a gente pode apagar essas chamas. Podemos discordar ideologicamente, mas vamos respeitar o colega, o posicionamento do outro. Nesta Casa, durante todos esses anos em que estou aqui, vi esse diálogo e esse ambiente predominarem aqui. É lógico que algumas vezes há quem extrapole, mas vamos manter o respeito a todos os colegas. Tenho certeza, presidente, que V. Exa. tem condições de conduzir isso aí muito bem, e está conduzindo muito bem, para que nós possamos atravessar este momento e discutir as questões que são relevantes e que precisam da participação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Muito obrigado.

A deputada Chiara Biondini – Presidente, com todo o respeito, se há uma coisa que a esquerda não faz é ficar calada. Então, nós viemos aqui, na semana passada, e tiramos de pauta um assunto que nada tinha a ver com a emenda, que era uma questão sobre ideologia de gênero, e a deputada Andréia de Jesus foi a *O Tempo* falar que nós somos supremacistas brancos. Faço questão de ler o conceito: "O conceito de supremacia branca advém de um conjunto de ideias racistas que acreditam que o homem branco é naturalmente superior a todos os outros; historicamente tem ligação com o neonazismo e foi bastante difundida pelo grupo Ku Klux Klan. O sistema de apartheid implementado na África do Sul, no século passado, também é um exemplo conhecido do que se denominou supremacia branca". Isso nada tem a ver com o que foi discutido, e tem 100% de direito o nosso grupo de entrar contra ela no conselho de ética. Então, assim a gente fez. Eu acho que ela realmente passou dos limites. Nós gostaríamos até de obter uma retratação da deputada, e por isso a gente deu entrada no conselho de ética. E, se a esquerda achar que algum de nós fez algo parecido com isso, agressivo dessa forma, pode fazer também como fez com o Nikolas, lá na Câmara dos Deputados. Não se calaram, falaram, postaram, denunciaram, fizeram um escândalo com o que ele fez. Para mim, é mais grave ainda o que a deputada Andréia de Jesus fez conosco. Então, jamais a gente poderia ficar calado com um discurso desse que partiu dela. Ir a *O Tempo* falar com essa agressividade de todos nós! Obrigada, presidente.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Valadares – Eu solicito o encerramento de plano da reunião, por ausência de quórum.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 16/3/2023

Presidência da Deputada Bella Gonçalves

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Ana Paula Siqueira – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Celinho Sintrocel – Coronel Henrique – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Grego da Fundação – Gustavo Valadares – Leleco Pimentel – Lohanna – Macaé Evaristo – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Oscar Teixeira – Rodrigo Lopes – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitorio Júnior.

Falta de Quórum

A presidente (deputada Bella Gonçalves) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/3/2023

Às 10h15min, comparecem à reunião a deputada Nayara Rocha e os deputados Betão e Celinho Sintrocel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Ministério da Economia (13/12/2022 e 27/1/2023) e do Ministério da Fazenda (13/1/2023). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 12.189 a 12.203, 12.278, 12.279 e 12.283/2022 e 274/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 47/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Araçuaí, para debater a violência sexual contra crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha;

nº 68/2023, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a alteração da estrutura sindical brasileira;

nº 94/2023, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja realizada audiência pública para discutir os 100 anos da sanção da Lei Eloy Chaves, que instituiu a Previdência Social no Brasil, bem como os avanços e desafios a serem enfrentados para o financiamento da seguridade social brasileira, tanto para os beneficiários da atualidade quanto para os segurados das futuras gerações;

nº 96/2023, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos trabalhadores da Medral Energia Ltda., que presta serviços à Cemig;

nº 98/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre os valores repassados à Medral Energia Ltda. nos últimos 12 meses, discriminando o total repassado mês a mês, de maneira que se possa verificar se os repasses realizados pela Cemig estão em dia; e sobre os dispositivos do contrato firmado com a Medral Energia Ltda. com previsão de multas, advertências, retenção de recursos ou rescisão por descumprimento das obrigações trabalhistas e falta de pagamento de salários dos empregados dessa empresa;

nº 99/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam acionados os mecanismos jurídicos ou cláusulas contratuais do acordo de prestação de serviços com a empresa Medral Energia Ltda., com vistas a garantir que essa empresa cumpra suas obrigações com seus funcionários, uma vez que estes se encontram com salários atrasados e com o FGTS depositado de maneira incorreta e aqueles que foram desligados estão sem o repasse da rescisão de contrato, conforme relato dos trabalhadores;

nº 100/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja instituído grupo de trabalho com a finalidade de, em regime de urgência, apresentar à Medral Energia Ltda. proposta para a regularização do pagamento de aluguel das casas destinadas aos funcionários dessa empresa;

nº 103/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região pedido de providências para que seja suspensa a multa aplicada ao Sindimetro-MG em decorrência da paralisação pela manutenção dos postos de trabalho dos mais de 1.600 funcionários da CBTU-MG, que se encontram ameaçados diante do processo de privatização do metrô de Belo Horizonte, uma vez que a multa ultrapassa o montante de um milhão de reais, recurso que o Sindimetro-MG já declarou não possuir, estando os postos de trabalho e a existência do próprio sindicato ameaçada, não somente pela aplicação da multa, mas também por fatores derivados da extinção dos postos de trabalho dessa estatal metroviária;

nº 104/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região pedido de providências para que seja suspensa a decisão judicial referente ao bloqueio de contas, no valor R\$250.000,00, do Sindicato dos Empregados em Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais – Sindimetro-MG –, uma vez que esse bloqueio cria obstáculos às ações e atividades sindicais, dificulta a mobilização da categoria, que luta pela manutenção de postos de trabalho e pela defesa de direitos conquistados, e fere a existência da própria organização sindical;

nº 112/2023, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do segmento de transporte de valores no Estado, em especial dos trabalhadores e trabalhadoras do segmento;

nº 122/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade, a importância e os impactos da reestruturação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico – para as políticas públicas no Brasil e no Estado;

nº 143/2023, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de trabalho dos terceirizados da Copasa-MG, bem como as consequências da terceirização para os trabalhadores;

nº 180/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a valorização, o estímulo e a regulamentação da podologia em Minas Gerais;

nº 252/2023, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do trabalho análogo à escravidão em Minas Gerais, suas implicações e consequências para a economia mineira, para as políticas públicas de defesa e proteção dos direitos e para a condição de vida dos trabalhadores;

nº 305/2023, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Vespasiano, para debater, por ocasião do Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, celebrado no dia 2 de abril, a construção e a vivência familiar e os desafios diários enfrentados para assegurar os direitos dos autistas e seu acolhimento pela sociedade;

nº 306/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações consubstanciado em cópia do contrato assinado com a Medral Energia Ltda., na sua integralidade, para verificar e identificar as cláusulas que estabelecem as garantias e obrigações que a contratada deve cumprir em relação à legislação trabalhista e a outras seguranças sociais;

nº 309/2023, dos deputados Betão e Celinho Sintrocel, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para proceder à nomeação de todos os candidatos aprovados no concurso para agente de segurança penitenciário e policial penal do quadro de pessoal da Sejusp, regido pelo Edital nº 2/2021, ainda que seja ultrapassado o número inicialmente disponibilizado no edital, que é de 2.420 vagas, tendo em vista o enorme déficit de policiais penais no Estado;

nº 310/2023, dos deputados Betão e Celinho Sintrocel, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a convocação para o Curso de Formação Técnico-Profissional de todos os candidatos aprovados na 5ª etapa (investigação social) do concurso para agente de segurança penitenciário e policial penal do quadro de pessoal da Sejusp, regido pelo Edital nº 2/2021.

A presidência destina a 3ª Fase da 2ª Parte à oitava de cidadãos. São ouvidos a Sra. Leticia Zandona Fortes, vice-presidente da Comissão dos Excedentes da Polícia Penal de Minas Gerais; e os Srs. Daniel Fabricio Monção, membro da Comissão dos Excedentes da Polícia Penal de Minas Gerais; e Wladimir Batista Dantas, vice-presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Estado das Minas Gerais – Sindppen. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2023.

Betão, presidente – Celinho Sintrocel – Nayara Rocha.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/3/2023

Às 14h14min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Roberto Andrade e Vitório Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (27/1 e 4 e 9/2/2023); e do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (16/2/2023). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 12.224, 12.225, 12.226, 12.276, 12.277, 12.289 a 12.291, 12.314, 12.316 e 12.495/2022 e 198, 251 e 340/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 312/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.961/2022, que autoriza o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – a promover linha de crédito especial para taxistas autônomos ou vinculados a cooperativas;

nº 313/2023, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja realizada audiência pública para debater políticas para produção, comercialização, registro, padronização, controle e certificação, entre outros, da cachaça em Minas Gerais;

nº 314/2023, dos deputados Roberto Andrade, Vitório Júnior e Oscar Teixeira e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – para conhecer o planejamento da secretaria em relação à economia mineira para os próximos anos;

nº 315/2023, dos deputados Roberto Andrade, Vitório Júnior e Oscar Teixeira e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita ao BH Airport – Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, no Município de Confins, para ouvir e conhecer as demandas do setor, com vistas a subsidiar a agenda de atuação da comissão para o desenvolvimento econômico do Estado;

nº 316/2023, dos deputados Roberto Andrade, Vitório Júnior e Oscar Teixeira e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita ao Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais – Sinduscon –, no Município de Belo Horizonte, para ouvir e conhecer as demandas do setor, com vistas a subsidiar a agenda de atuação da comissão para o desenvolvimento econômico do Estado;

nº 317/2023, dos deputados Roberto Andrade, Vitório Júnior e Oscar Teixeira e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita à Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel –, no Município de Belo Horizonte, para ouvir e conhecer as demandas do setor, com vistas a subsidiar a agenda de atuação da comissão para o desenvolvimento econômico do Estado;

nº 318/2023, dos deputados Roberto Andrade e Vitório Júnior e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita a Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL –, no Município de Belo Horizonte, para ouvir e conhecer as demandas do setor, com vistas a subsidiar a agenda de atuação da comissão para o desenvolvimento econômico do Estado;

nº 319/2023, dos deputados Roberto Andrade e Vitório Júnior e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita à Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – Abih –, no Município de Belo Horizonte, para ouvir e conhecer as demandas do setor, com vistas a subsidiar a agenda de atuação da comissão para o desenvolvimento econômico do Estado;

nº 320/2023, dos deputados Roberto Andrade e Vitório Júnior e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para conhecer o planejamento da secretaria em relação à economia mineira para os próximos anos;

nº 321/2023, dos deputados Roberto Andrade, Vitório Júnior e Oscar Teixeira e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita à Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – Cemig – para conhecer o planejamento da companhia em relação à economia mineira para os próximos anos;

nº 322/2023, dos deputados Roberto Andrade e Vitório Júnior e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – para conhecer o planejamento da companhia em relação à economia mineira para os próximos anos;

nº 323/2023, dos deputados Roberto Andrade, Vitório Júnior e Oscar Teixeira e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –, no Município de Belo Horizonte, para ouvir e conhecer as demandas do setor, com vistas a subsidiar a agenda de atuação da comissão para o desenvolvimento econômico do Estado;

nº 324/2023, dos deputados Roberto Andrade, Vítório Júnior e Oscar Teixeira e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG –, no Município de Belo Horizonte, para conhecer o planejamento do banco em relação à economia mineira para os próximos anos;

nº 325/2023, dos deputados Roberto Andrade, Vítório Júnior e Oscar Teixeira e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg –, no Município de Belo Horizonte, para ouvir e conhecer as demandas do setor, com vistas a subsidiar a agenda de atuação da comissão para o desenvolvimento econômico do Estado;

nº 326/2023, dos deputados Roberto Andrade, Vítório Júnior e Oscar Teixeira e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita ao Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – Indi –, no Município de Belo Horizonte, para conhecer o planejamento do instituto em relação à economia mineira para os próximos anos;

nº 327/2023, dos deputados Roberto Andrade e Vítório Júnior e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae –, no Município de Belo Horizonte, para ouvir e conhecer as demandas do setor, com vistas a subsidiar a agenda de atuação da comissão para o desenvolvimento econômico do Estado;

nº 328/2023, dos deputados Roberto Andrade e Vítório Júnior e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado da Fazenda – SEF – para conhecer o planejamento da secretaria em relação à economia mineira para os próximos anos;

nº 329/2023, dos deputados Roberto Andrade e Vítório Júnior e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita ao Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg –, no Município de Belo Horizonte, para ouvir e conhecer as demandas do setor, com vistas a subsidiar a agenda de atuação desta Comissão para o desenvolvimento econômico do Estado;

nº 330/2023, dos deputados Roberto Andrade, Vítório Júnior e Oscar Teixeira e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita à Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais – Federaminas –, no Município de Belo Horizonte, para ouvir e conhecer as demandas do setor, com vistas a subsidiar a agenda de atuação da comissão para o desenvolvimento econômico do Estado;

nº 331/2023, dos deputados Roberto Andrade e Vítório Júnior e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada visita à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais – Fecomércio –, no Município de Belo Horizonte, para ouvir e conhecer as demandas do setor, com vistas a subsidiar a agenda de atuação da comissão para o desenvolvimento econômico do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2023.

Vítório Júnior, presidente – Ana Paula Siqueira – Oscar Teixeira.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.986/2022****Comissão de Segurança Pública****Relatório**

De autoria da deputada Beatriz Cerqueira, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Turmalina, com sede no Município de Turmalina, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.986/2022 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Turmalina, com sede no Município de Turmalina, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade tem por finalidade colaborar para o planejamento de ações integradas de segurança pública que resultem na melhoria da qualidade de vida da comunidade e na valorização da função institucional da Polícia Militar e demais setores integrados do sistema de defesa social, bem como contribuir com os demais órgãos de segurança pública e com a comunidade em atividades de prevenção com vistas à redução dos índices de criminalidade.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Conselho Comunitário de Segurança Pública de Turmalina, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.986/2022, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 17 de março de 2023.

Cristiano Silveira, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 13/3/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 20/3/2023, João Magno de Moura, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

exonerando Marco Aurelio da Silva, padrão VL-29, 6 horas, com exercício na Presidência;

exonerando Pedro Tadeu Amado Mendonça, padrão VL-33, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

nomeando Antônio Leal de Almeida, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Eva da Silva Leão e Silva, padrão VL-29, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Francisco Antônio Rocha de Sousa, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Gleibe Viérica Guadalino Silva Murça, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

nomeando José Rone Rodrigues Pereira, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

nomeando Leticia Sabrina Lopes Xavier Santana, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Pedro Tadeu Amado Mendonça, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Soraia Aparecida Nogueira Bento, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.267, de 29/12/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 13/3/2023, o servidor Ricardo Moreira Martins, CPF nº 597.275.606-44, ocupante do cargo efetivo de técnico de apoio legislativo, na especialidade de policial legislativo masculino, padrão VL-66, classe Especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE CONTRATO Nº 3/2023

Número no Siad: 9372096/2023

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Solides Tecnologia S.A. Objeto: cessão de direito de uso do módulo Recruiter do *software* Profiler. Vigência: 12 meses contados a partir da data de assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 20/2023

Número no Siad: 9276489-5

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Plansul Planejamento e Consultoria Ltda. Objeto: contratação de empresa especializada em prestação de serviços, com cessão de mão de obra, de execução indireta nas áreas de televisão, rádio, jornal, agência de notícias, plataformas digitais, produção gráfica e projetos culturais da Diretoria de Comunicação Institucional e de outras áreas da ALMG. Objeto do aditamento: ampliação do objeto contratual. Vigência: da data de assinatura deste aditamento até 5/5/2023, inclusive, com efeitos a partir de 1º/2/2023. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 25/2023**Número no Siad: 9324239-1**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Líder Táxi Aéreo S.A. Air Brasil. Objeto: prestação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronaves, modalidade táxi aéreo. Objeto do aditamento: primeira prorrogação contratual, com reajuste de preço. Vigência: 2 meses, de 2/3/2023 a 1º/5/2023. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 16/3/2023, na pág. 160, onde se lê:

“Andreia Alice da Cunha”, leia-se:

“Andréa Alice da Cunha”.